

AVANÇOS NA COMPREENSÃO DA RELAÇÃO ENTRE TEMPERAMENTO E COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL

Sónia Cristina Mairos Ferreira

Professora Auxiliar, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade de Coimbra
smairosferreira@fpce.uc.pt

<http://dx.doi.org/10.17060/ijodaep.2015.n1.v1.58>

Fecha de Recepción: 1 Febrero 2015

Fecha de Admisión: 30 Marzo 2015

RESUMO

Este artigo constitui uma síntese compreensiva de contributos teóricos e empíricos acerca da relação entre o temperamento e o comportamento anti-social. Embora no final do milénio esta linha de pesquisa tenha sofrido um decréscimo, fruto da influência crescente de abordagens ambientalistas, a investigação contemporânea renovou o interesse pela sua compreensão. Em resultado, associam-se às investigações tradicionais novas pesquisas acerca do contributo do temperamento infantil para a emergência e manutenção comportamento anti-social. Incluem-se, no conjunto de dimensões tidas em consideração neste artigo, a reactividade (negativa), a (baixa) auto-regulação e a (elevada) abordagem. A principal conclusão, suportada pelos resultados dos estudos examinados, é a de que o temperamento constitui uma dimensão de relevo na predição do comportamento durante a infância e adolescência e, embora com uma margem maior de insegurança, na adultez.

Palavras-chave: Temperamento; comportamento anti-social; desenvolvimento.

ABSTRACT

Advances in understanding the relationship between temperament and antisocial behavior

This article is a comprehensive synthesis of theoretical and empirical contributions on the relationship between temperament and antisocial behavior. Although at the end of the millennium this line of research has suffered a decline due to the increasing influence of environmental approaches, contemporary research has renewed its interest in understanding this subject. As a result, further studies are associated to traditional research regarding the specific input of infant temperament for the emergency and maintenance of antisocial behavior. The group of dimensions analysed in this paper comprise (negative) reactivity, (low) self-regulation, and (high) approach. The main conclusion, supported by the results of the studies examined, is that temperament is a relevant dimension

in predicting behavior during childhood and adolescence and, even though with a higher margin of uncertainty, in adulthood.

Key-words: Temperament; anti-social behavior; development.

INTRODUÇÃO

Após várias décadas de investigação especificamente dedicada à compreensão do comportamento anti-social é, hoje, consensual a constatação de que um conjunto significativo de factores concorre para o seu aparecimento e manutenção ao longo da vida (Henderson & Wachs, 2007; Keltikangas-Järvinen, & Jokela, 2010). Assumindo que estamos perante um constructo multifacetado que inclui dimensões individuais, bem como, psicossociais e comunitárias, Farrington (2003, p. 3) considera que “there is clearly a syndrome of adult antisocial behavior defined by a cluster of antisocial symptoms”.

Este *cluster* de sintomas anti-sociais aparece, tipicamente, descrito na literatura da especialidade com base em dois grandes grupos de factores: comportamentais e características de personalidade (Farrington, 2003). Incluem-se no primeiro grupo crimes contra a propriedade (*e.g.*, furto, roubo) dependência de substâncias lícitas e/ou ilícitas (uso recorrente do engano e da mentira, dependência de álcool, dependência de substâncias psicoactivas), promiscuidade sexual, maus-tratos a parceiros e prole, grande instabilidade profissional, dependência de subsídios estatais e contracção de dívidas. Por sua vez, caracterizam o segundo grupo as dimensões impulsividade, egocentrismo e egoísmo, elevados níveis de agressividade, reduzida empatia, ausência de remorsos e de sentimentos de culpa, e baixa tolerância à frustração.

Estes factores não esgotam, no entanto, as referências que vemos explanadas em diferentes revisões conceptuais e artigos que relatam resultados de investigação, sendo múltiplas as variáveis que, de forma mais ou menos relevante, surgem associadas ao comportamento anti-social (Caspi, 2000; Farrington, 2003; Keltikangas-Järvinen, & Jokela, 2010). A multidimensionalidade é pois, reconhecida e documentada, sendo plurais as propostas apresentadas para a sua compreensão e caracterização (*e.g.*, Cloninger, Svrakic, & Przybeck, 1993, 2006; Cloninger, *et al.*, 1994; Caspi, 2000; Farrington, 2003). Permanece, então, o desafio de clarificar a contribuição relativa destes diferentes factores e de sistematizar os múltiplos contributos que proliferam na literatura, salientando os principais consensos, assim como as questões que permanecem sem resposta satisfatória.

O ESTUDO DO TEMPERAMENTO NA ACTUALIDADE

Ainda que nas últimas décadas do século XX tenha sido atribuída importância crescente ao ambiente na explicação do comportamento anti-social, na actualidade regista-se uma crescente valorização do contributo específico de factores individuais, sobretudo em estudos sobre o comportamento anti-social persistente e precoce (Schmeck & Poustka, 2001; Aron, Aron & Davies, 2005; Henderson & Wachs, 2007; Eme, 2009; Keltikangas-Järvinen, & Jokela, 2010). Vários são os motivos que justificam este renovado interesse. Por um lado, confirma-se, com regularidade, a evidência de que os factores de risco de origem extrínseca exercem influência diferenciada no comportamento de diferentes pessoas (Eme, 2009; Keltikangas-Järvinen, & Jokela, 2010). Acresce a esta referência a constatação de que os mesmos factores resultam de opções assumidas, para alguns indivíduos, e de determinantes contextuais fora do controlo individual, para outros (*e.g.*, instabilidade profissional, usufruto de subsídios). Uma outra razão explicativa prende-se com o crescimento não despidendo das abordagens biológicas, na explicação de várias perturbações do comportamento, cujos contributos se têm revelado essenciais para a evolução desta área (*e.g.*, Kagan, 2010; Keltikangas-Järvinen, & Jokela, 2010). Amplificaram-se, também, os estudos empíricos em que se comprova a influência probabilística de variáveis individuais, em particular, no seio da neu-

robiologia (Gillespie *et al.*, 2003). Não podemos, neste âmbito, esquecer a evolução operada a nível metodológico que hoje permite o recurso a procedimentos mais complexos e rigorosos, a utilização de instrumentos mais completos e diversificados, e a adopção de técnicas estatísticas mais sofisticadas (Hoyle & Leary, 2009; Cassimjee, & Murphy, 2010).

De acordo com Rothbart e Bates (2006) a relação entre o temperamento e o ajustamento posterior está bem estabelecida. Porém, e embora esteja documentado que, por si só, o temperamento constitui um factor de risco para o comportamento anti-social, é importante salientar que esta influência não ocorre, apenas, de forma isolada. O impacto dos diferentes factores individuais também se exerce através da relação que estabelecem entre si. Acresce que, outras dimensões individuais (*e.g.*, capacidades) exercem um efeito mediador entre o temperamento e o ajustamento psicossocial (Zentner & Bates, 2008). Fenómeno similar ocorre com variáveis extrínsecas (*e.g.*, estilos parentais inadequados, fraca sociabilidade, problemas académicos, famílias sujeitas a grande *stress*) que contribuem para amplificar, minimizar ou, mesmo transformar os efeitos do temperamento no comportamento. O volume de estudos sobre a primeira problemática é, de acordo com Zentner e Bates (2008), reduzido, sendo excepção a análise da ligação entre a auto-regulação (*effortful control/self-regulation*) e o desenvolvimento do comportamento bem regulado e pro-social. A constatação de que esta relação é mais importante em crianças que apresentam elevada emocionalidade negativa, em comparação com os seus pares, recebe confirmação empírica, embora o número de estudos não seja muito mais elevado.

Bem mais encorpado é o segundo grupo de estudos, que se dedicam à análise da relação entre o temperamento e factores ambientais. Por exemplo, diversas pesquisas demonstram que o inadequado estilo parental dos pais e, em particular, das mães (caracterizado pela intransigência, negatividade ou negligência) aumenta o risco de crianças com temperamento difícil demonstrarem comportamentos anti-sociais (Morris *et al.*, 2002). Estas investigações reforçam a importância de um ajuste óptimo entre o indivíduo e o meio. Reforça-se, portanto, o conceito de bom ajustamento (*goodness of fit*) porposto por Chess e Thomas (1996). Este traduz a harmonia entre as especificidades individuais (*e.g.*, temperamento, capacidades) e as exigências específicas do meio em que a pessoa se insere. No pólo contrário situa-se o ajustamento pobre (*poorness of fit*), em que as características e capacidades do organismo não encontram paralelo no meio. Este desajuste potenciará a emergência de comportamento desajustado.

Ainda em resultado deste forte investimento foi detectado um padrão diferencial de susceptibilidade às influências do meio (*e.g.*, Belsky, Bakermans-Kranenburg & van Ijzendoorn, 2007) segundo o qual um grupo minoritário de crianças é mais vulnerável a nível temperamental, sendo mais sensíveis a ambientes adversos, mas que beneficiariam de forma exponencial de ambientes adequados. Se o meio desafiar as suas tendências temperamentais estas crianças têm maior probabilidade de vir a desenvolver problemas de ajustamento, mas se usufruírem de meios adequados podem desenvolver condutas pró-sociais. Resultados que alertam para a importância de contextos de estimulação adequada para o desenvolvimento dos indivíduos.

Em suma, o conhecimento científico acumulado a partir do estudo de efeitos lineares, processos de mediação e, também, da análise de factores que moderam potenciais influências do temperamento no comportamento (*e.g.*, factores sociais e culturais) reforça a importância do estudo do temperamento. Analisado de formas muito diversas, o temperamento revelou possuir uma importante influência directa no comportamento, sendo frequentemente conceptualizado como um factor de vulnerabilidade no desenvolvimento futuro de problemas (graves) de comportamento (Sanson *et al.*, 2009).

Em grande medida fruto da evolução descrita os investigadores têm, nas últimas décadas, tecidos importantes contribuições para a explicação do papel específico deste factor para o comporta-

mento anti-social. Em rigor, esta linha de investigação não é, em si mesma, inovadora sendo plurais as referências na literatura a estudos a esta questão consagrados (*e.g.*, Carlo, Roesch & Melby, 1998; Caspi, 2000; Ravaja, Katainen & Keltikangas-Jarvinen, 2001; Morris, Silk & Sessa, 2002; Rettew *et al.*, 2006; Hoyle, 2010). Pretendemos, sim, apresentar uma síntese compreensiva do fenómeno que concorra para a discussão desta problemática e que, em acréscimo, convirja para desafiar outras reflexões neste domínio.

PADRÕES DE ASSOCIAÇÃO ENTRE O TEMPERAMENTO E O COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL

Como aludimos, vários autores procuraram estudar a associação entre diferentes dimensões do temperamento infantil e a emergência e manutenção comportamento anti-social, nomeadamente a nível da validade preditiva em termos de resultados comportamentais (*e.g.*, Chess & Thomas, 1996; Caspi, 2000; Rothbart & Bates, 2006; Zentner & Bates, 2008). Em resultado, o grupo de estudos em que esta associação é referida avolumou-se ao longo dos anos sendo impraticável a sua análise em pormenor neste artigo. Por esta razão optámos por destacar, em registo exemplificativo, alguns aspectos-chave desta problemática e aludir, neste contexto, a um conjunto de investigadores que exemplificam as tendências evidenciadas.

Sabemos que desde idades precoces, o temperamento é uma dimensão importante na predição do comportamento durante a infância e adolescência e, embora com uma margem superior de incerteza, na adultez (*e.g.*, Carlo, Roesch & Melby, 1998; Caspi, 2000; Rothbart & Bates, 2006; Zentner & Bates, 2008). Em geral, crianças e adolescentes com elevada auto-regulação da atenção, das emoções e do comportamento tendem a apresentar baixos níveis de problemas de comportamento externalizante e a manifestar competências sociais desenvolvidas (Sanson *et al.*, 2009). Em contraste, baixos níveis de auto-regulação (do comportamento, da atenção e das emoções) encontram-se associados a problemas de comportamento em idades posteriores. Os diferentes padrões de associação detectados pelos investigadores revelam, no entanto, que baixa auto-regulação e elevada abordagem característicos de bebés e crianças difíceis de lidar tendem a predizer problemas externalizantes com maior segurança do que predizem problemas internalizantes. A emocionalidade negativa e a irritabilidade predizem ambos os tipos de problemas (Rothbart & Bates, 2006; Zentner & Bates, 2008). Reforçam, empiricamente, estas tendências os resultados de investigações do tipo cross-seccional em que se examina a relação entre o temperamento e problemas de comportamento em crianças e jovens (*e.g.*, Caspi, 2000; Schmeck & Poustka, 2001). Estes padrões são, ainda, comuns em estudos longitudinais, dos quais se destacam o Estudo de Bloomington e o Estudo de Dunedin (Rothbart & Bates, 2006).

Porém, ao escrutinarmos estas relações com maior detalhe somos confrontados com padrões mais complexos do que estas afirmações nos fariam antecipar. Vejamos, em seguida, e atendendo as três dimensões que nos propusemos estudar (a reactividade (negativa), a (baixa) auto-regulação e a (elevada) abordagem, alguns estudos que retratam esta complexidade.

Definida como a tendência disposicional para reagir a fontes de *stress* com elevado grau de emotividade negativa, nomeadamente com demonstrações de raiva, medo ou tristeza (Rothbart, Ahadi & Hershey, 1994; Rothbart, 2004), a reatividade negativa é uma das dimensões que mais interesse suscitou à comunidade científica. Também designada de afectividade negativa, esta tendência inclui reacções de disforia, ansiedade, irritação e preocupação (Stice & Gonzales, 1998). Se analisarmos esta questão com base no desenvolvimento moral constatamos que, conceptualmente, é plausível afirmar que indivíduos com elevada afectividade negativa teriam, à partida, menor risco de ter problemas de comportamento porque estão mais sujeitos a estados emocionais negativos associados ao comportamento desajustado, como a culpa, a ansiedade ou o remorso (Carlo, Roesch & Melby, 1998). Todavia, os investigadores alertaram para a possibilidade de indivíduos com afectivi-

dade negativa realizarem julgamentos sociais enviesados e perceberem ameaças nas acções dos outros, mesmo quando estas não existem, o que poderia conduzir a comportamentos desajustados. Estamos, assim, perante um factor que se associa, em simultâneo, a comportamentos externalizantes e internalizantes (Sanson *et al.*, 2009). Sterry e colaboradores (2010) associam-no, também, a comportamentos sociais pouco desenvolvidos.

Rothbart, Ahadi e Hershey (1994), por exemplo, reportam associação entre componentes específicas da afectividade negativa (*e.g.*, raiva) e comportamentos agressivos na infância, apontando como razão explicativa a diferente associação de cada uma das componentes da afectividade negativa e o constructo considerado de forma global ou entre estas e os problemas externalizantes de comportamento. Panksepp (1998) encontrou diferenças nas manifestações de frustração já no final do primeiro ano de vida, quer no que concerne comportamentos de irritação, quer a nível de comportamentos evidenciadores de agressão. Estas crianças e jovens tendem a incomodar-se mais rápido e com maior facilidade que os seus pares na presença de desconfortos menores reagindo, não raras vezes, de forma exacerbada. Não estranha, portanto, que a irritabilidade surja, com frequência, associada à afectividade negativa, assim como a relatos por parte dos adultos em que se destacam as dificuldades em lidar com eles (Zentner & Bates 2008).

Também Zentner (2004 *in* Zentner & Bates 2008) detectou uma relação estatisticamente significativa entre as diferenças individuais na irritabilidade em bebés recém-nascidos se relacionam significativamente com a ansiedade social em idades posteriores. O mesmo sucede na relação com o temperamento difícil, *cluster* que caracteriza crianças/adolescentes irritáveis, impulsivos, emocionalmente instáveis, pouco persistentes na tarefa, que procuram a novidade, com baixo evitamento do perigo, pouca dependência da recompensa, inflexíveis, tensas, desinibidas, muito activas e, em alguns casos, com problemas de socialização (Carlo, Roesch & Melby, 1998). Zentner e Bates (2008) associam-na a *distress* perante limitações e tendência para manifestações de raiva.

Segundo Ravaja, Katainen e Keltikangas-Latvinen (2001) esta baixa capacidade de controlo, inclinação para responder de forma impulsiva a estímulos e de procurar sensações novas e de evidenciar elevados níveis de actividade associa-se à emergência posterior de comportamento anti-social. As emoções negativas intensas provavelmente reflectem competências deficientes de regulação das emoções e uma excessiva estimulação fisiológica perante estímulos inofensivos ou pouco ameaçadores. As crianças e adolescentes com afectividade negativa apresentam tendencialmente disposição para demonstrações de raiva, ansiedade e tristeza que, em simultâneo, se associam a maior desinibição.

Numa revisão de estudos levada a cabo por Stice e Gonzales (1998) notabiliza-se que, também na adolescência, a reactividade negativa se associa, em simultâneo, ao risco de desenvolver problemas internalizantes e externalizantes. Quando a emotividade negativa é elevada e se traduz em grandes índices de *distress*, zanga, nervosismo e tensão é provável que os comportamentos desajustados na adolescência ocorram mesmo na ausência de fontes externas de *stress*. Os adolescentes com esta característica tendem a amplificar e a confundir os estímulos externos, o que se traduz em enganos, frustração, desapontamento, ameaças e outros problemas circunstanciais que potenciam estados emocionais desconfortáveis. A tendência para a afectividade negativa pode, também, colocar estes adolescentes em risco particular de falhas de interacção social que conduzem à rejeição dos pares pro-sociais e, devido à desinibição, à rápida associação a pares com comportamentos agressivos (Ravaja, Katainen & Keltikangas-Jarvinen, 2001).

Uma outra dimensão recorrentemente estudada é o baixo controlo comportamental. Definido como a incapacidade para resistir a um impulso e para se auto-restringir aparece, na literatura da especialidade, sob diferentes designações, a saber: impulsividade, baixo controlo inibitório, auto-restricção e auto-controlo (*e.g.*, Schachan & Logan, 1990; Hoyle, 2010).

Bates e colaboradores (1998) indicam, em resultado dos resultados empíricos por eles obtidos, que o factor resistência ao controlo se associa ao temperamento difícil. As crianças tendem a ignorar proibições que lhes são impostas e a reagir de forma mais intensa perante estas limitações. Evidenciam, também, baixos níveis de auto-regulação. Isto significa que estas crianças e jovens teriam, à partida, menor capacidade de controlar uma resposta dominante e/ou de actuar com uma resposta subdominante, assim como de detectar potenciais erros e de planificar a sua acção. Esta dificuldade traduzir-se-ia em diferenças no controlo inibitório e/ou no controlo da atenção.

Numa pesquisa com base na teoria de Cloninger (*e.g.*, Cloninger, Svrakic, & Przybeck, 1993; Cloninger *et al.*, 1994), Schmeck e Poustka (2001) procuraram averiguar se os traços temperamentais de Cloninger explicam de forma adequada os distúrbios de conduta em crianças e adolescentes. Em concreto pretendiam saber se o perfil maior procura da novidade, menor evitamento da tarefa e menor dependência da recompensa é característico de crianças/adolescentes com perturbação da conduta. Os principais resultados obtidos pelos investigadores foram os seguintes: os indivíduos com perturbações da conduta caracterizam-se pela maior procura da novidade e menor dependência de recompensa (excepto no grupo das perturbações de personalidade). O factor evitamento do perigo não permitiu, todavia, distinguir os indivíduos com perturbação da conduta dos indivíduos sem problemas diagnosticados.

Os estudos longitudinais actuais também reforçam a relação entre o descontrolo em crianças e adolescentes e sintomas externalizantes (Carlo, Roesch & Melby, 1998). Num dos estudos com mais importância no que respeita à relação entre o temperamento na infância (com início aos 3 anos) e comportamento em diferentes etapas da vida, Caspi (2000) revelou que as crianças subcontroladas aos 3 anos de idade tinham maior probabilidade de apresentar os critérios de diagnóstico de perturbação da personalidade anti-social e de estar envolvidas em actividades criminosas. Por sua vez, as crianças inibidas, receosas e facilmente incomodadas aos 3 anos tendiam a atingir os critérios de diagnóstico de depressão. Curiosamente, ambos os grupos tinham maior tendência, quando comparados com os seus pares, para tendências suicidas e problemas relacionados com o álcool.

Em mais detalhe verificamos, com base neste estudo que, os indivíduos avaliados como crianças com falta de controlo aos 3 anos demonstravam maior externalização dos problemas (aos 5, 7, 9 e 11 anos) e maior externalização e internalização dos problemas na adolescência. As crianças inibidas aos três anos não evidenciaram tendências significativas na infância e na adolescência possuíam maior tendência para a internalização dos problemas. No que se refere à estrutura da personalidade aos 18 anos, os indivíduos com falta de controlo possuíam menos traços associados ao constrangimento (auto-controlo e evitamento do perigo), maior emocionalidade negativa expressa em elevados níveis de agressão e alienação. Pelo contrário, as crianças inibidas evidenciavam maior constrangimento, menor emocionalidade positiva, maior auto-controlo, maior evitamento do perigo e fraca potencialidade social. A personalidade aos 21 anos dos indivíduos com falta de controlo caracteriza-se por menor conscienciosidade (*e.g.*, menos fiéis e dignos de confiança), a que se associam valores mais elevados em cultura (*e.g.*, criativos, bons em arte). Por fim, as crianças inibidas demonstram, aos 21 anos, índices inferiores nas dimensões comunhão, agenciamento (*e.g.*, sair, confiança), vitalidade, assim como em cultura.

Watson e Clark (1993) descrevem indivíduos pouco controlados como indivíduos (crianças, adolescentes e adultos) primariamente orientados para a recompensa momentânea. Eles procurariam em primeiro lugar experiências gratificantes em termos de estimulação e ignorariam os potenciais riscos a médio e longo prazo. Adolescentes impulsivos têm também tendência para cometer actos delinquentes em consequência de estados de tensão e raiva (*e.g.*, perdem a calma numa discussão e optam por destruir propriedade alheia ou bater em alguém) mas podem não estar em particular risco de recorrer a drogas ou ao álcool.

Ravaja, Katainen e Keltikangas-Jarvinen (2001) destacam, ainda a este propósito, que a atualização comportamental da impulsividade ocorre de formas diferenciadas, para indivíduos dos exo feminino e masculino. Os jovens assumem, preferencialmente, comportamentos delinquentes e agressivos para com estranhos e propriedade alheia. Em oposição, as raparigas evidenciam menor propensão para a violação de regras. A agressividade surge, com maior frequência, em contexto familiar, nomeadamente para com a descendência ou irmãos mais novos. Note-se, por fim, que de forma diferenciada do que ocorre relativamente à impulsividade, a inibição na infância tem vindo a ser associada, de forma recorrente e para ambos os sexos, a problemas internalizantes na adolescência e adultez (Rothbart & Bates, 2006; Sanson et al., 2009; Kagan, 2010).

Do exposto podemos assumir, em síntese, que o temperamento constitui uma dimensão de relevo para a compreensão da conduta humana ao longo da vida e, em particular, para a compreensão do comportamento anti-social.

CONCLUSÃO

Nesta revisão procurámos destacar a influência do temperamento, considerado na sua globalidade e nos subfactores que o constituem, para a emergência e manutenção do comportamento anti-social. Estamos, no presente, perante um conjunto muito interessante de componentes do temperamento que têm vindo a ser estudadas de forma recorrente e profunda, sendo reconhecidas pelos especialistas neste domínio (Zentner & Bates, 2008). A sua relativa estabilidade justifica o investimento de investigadores de diferentes domínios na sua compreensão e na análise nas diferentes etapas da vida (*e.g.*, Cloninger, Svrakic, & Przybeck, 1993, 2006; Caspi, 2000; Farrington, 2003). Amplificam-se, neste âmbito, as possibilidades de prevenção deste tipo de comportamentos e, também, de elencagem de modalidades de remediação empiricamente sustentadas.

Estamos, porém, conscientes de que este domínio é bem mais complexo do que, uma leitura simplista do fenómeno nos poderia fazer antever. Em rigor, são muitos os factores que influenciam o comportamento anti-social, nomeadamente a nível biofísico, cognitivo, contextual, emocional e de interacção social. Para além da sua influência directa sobre o comportamento dos indivíduos, confluem, num sistema interconectado, para influenciar o seu desenvolvimento comportamental (*e.g.*, Keltikangas-Järvinen, & Jokela, 2010). Neste sentido, para compreender a complexidade do processo de desenvolvimento não é suficiente estudar a influência de um factor isolado (neste caso o temperamento), sendo necessário recorrer a abordagens multivariadas e com opções de análise dos dados complexas e rigorosas (Bergman & Magnusson, 1997; Cirns & Rodnik, 1998).

Por esta razão, a conclusão deste artigo cumpre, adicionalmente, a função de alertar para alguns aspectos que carecem de aprofundamento. Pese o grau de consenso que os investigadores atingiram é importante relembrar que este ainda não foi possível, tendo em consideração as distintas dimensões que integram o temperamento, em relação àquelas que se consideram fundamentais ou subordinadas. Igualmente por deslindar se encontra a compreensão profunda dos fenótipos que serão mais e menos suscetíveis de influências ambientais. A genética molecular e a genética do comportamento poderão contribuir, seguramente e de forma substantiva, para responder a esta questão (Zentner & Bates, 2008). Revela, igualmente, um maior aprofundamento no estudo do contributo singular, e em articulação com outros fatores chave, do papel que determinadas matrizes culturais e comunitárias assumem, enquanto fatores preditores de evoluções de traços temperamentais, mais tarde associados à efetiva manutenção de comportamento anti-social.

Conscientes de que, quando os problemas comportamentais ligados ao temperamento surgem cedo na vida dos indivíduos o prognóstico é mais reservado e que a tendência negativa é a de que quando crianças (pré-escolar) manifestem comportamento agressivo, impulsivo e com demonstrações de oposição, mais tarde (ainda na infância) progridem para sintomas de conduta desordeira

como lutar com os pares, roubar e na adolescência surge a violência interpessoal com e sem provocação dos pares e a violação da propriedade e actos de vandalismo; parece-nos fundamental pensar a intervenção de forma cautelosa e atempada. Cautelosa porque deve evitar demonstrações de receio para com estas crianças e a sua “rotulagem” como futuros agressores e atempada porque quando mais cedo se intervém maior será a possibilidade de impedir o desenvolvimento de problemas sérios e pouco modificáveis na adolescência e idade adulta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aron, E., Aron, A. & Davies, K. (2005). Adult Shyness: The Interaction of Temperamental Sensitivity and an Adverse Childhood Environment. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31 (2), 181-197. DOI: 10.1177/0146167204271419
- Bates, J. E., Pettit, G. S., Dodge, K. A., & Ridge, B. (1998). Interaction of temperamental resistance to control and restrictive parenting in the development of externalizing behavior. *Developmental Psychology*, 34, 982-995. DOI: 10.1037/0012-1649.34.5.982
- Belsky, J., Bakermans-Kranenburg, M. J., & van Ijzendoorn, M. H. (2007). For better and for worse: Differential susceptibility to environmental influences. *Current Directions in Psychological Science*, 16, 300-304. DOI: 10.1111/j.1467-8721.2007.00525.x
- Carlo, G., Roesch, S. & Melby, J. (1998). The multiplicative relations of parenting and temperament to prosocial and antisocial behaviors in adolescence. *The Journal of Early Adolescence*, 18, 266-290. DOI: 10.1177/0272431698018003003
- Caspi, A. (2000). A criança é o pai do homem: continuidade na personalidade da infância à vida adulta. *Psicologica*, 24, 119-127.
- Cassimjee, N. & Murphy, R. (2010). Temperament and character correlates of neuropsychological performance. *South African Journal of Psychology*, 40 (2), 125-138. DOI: 10.1177/008124631004000202
- Chess, S., & Thomas, A. (1991). Temperament and the concept of goodness of fit. In J. Strelau, & A. Angleitner (Eds.), *Explorations in temperament* (pp. 15-28). New York: Plenum Press. DOI: 10.1007/978-1-4899-0643-4
- Chess, S. & Thomas, A. (1996). *Temperament: Theory and practice*. New York: Brunner/Mazel.
- Cloninger, C. R., Svrakic, D. M., & Przybeck, T. R. (1993). A psychobiological model of temperament and character. *Archives of General Psychiatry*, 50, 975-990. DOI: 10.1001/archpsyc.1993.01820240059008
- Cloninger, C. R., Svrakic, D. M., & Przybeck, T. R. (2006). Can personality assessment predict future depression? A twelve-month follow-up of 631 subjects. *Journal of Affective Disorders*, 92, 35-44. DOI: 10.1016/j.jad.2005.12.034
- Eme, R. (2009). Male life-course persistent antisocial behavior: A review of neurodevelopmental factors. *Aggression and Violent Behavior*, 14 (5), 348-358. DOI: 10.1016/j.avb.2009.06.003
- Farrington, D. (2003). Advancing knowledge about the early prevention of antisocial behaviour. In D. Farrington & J. Coid (Ed.), *Early prevention of adult antisocial behaviour* (chapter 1). Cambridge: Cambridge University Press. DOI: 10.1017/CB09780511489259
- Gillespie, N., Cloninger, C., Heath, A. & Martin, N. (2003). The genetic and environmental relationship between Cloninger's dimensions of temperament and character. *Personality and Individual Differences*, 35, 1931-1946. DOI: 10.1016/S0191-8869(03)00042-4
- Henderson, H.A., & Wachs, T.D. (2007). Temperament theory and the study of cognition-emotion interactions across development. *Developmental Review*, 27, 396-427. DOI: 10.1016/j.dr.2007.06.004
- Hoyle, R. H. (Ed.). (2010). *Handbook of personality and self-regulation*. Malden, MA: Blackwell. DOI: 10.1002/9781444318111

- Hoyle, R. H., & Leary, M. R. (2009). Methods for the study of individual differences in social behavior. In M. R. Leary & R. H. Hoyle (Eds.), *Handbook of individual differences in social behavior* (pp. 12-23). New York: Guilford Press.
- Kagan, J. (2010). *The temperamental thread: How genes, culture, time and luck make us who we are*. New York: Dana Press.
- Keltikangas-Järvinen, L. & Jokela, M. (2010). Nature and nurture in personality. *Focus*, 8, 180-186.
- Leary, M. R., & Hoyle, R. H. (2009). Situations, dispositions, and the study of social behavior. In M. R. Leary & R. H. Hoyle (Eds.), *Handbook of individual differences in social behavior* (pp. 3-11). New York: Guilford Press.
- Morris, A. S., Silk, J. S., Steinberg, L., Sessa, F. M., Avenevoli, S., & Essex, M. J. (2002). Temperamental vulnerability and negative parenting as interacting predictors of child adjustment. *Journal of Marriage and Family*, 64, 461-471. DOI: 10.1111/j.1741-3737.2002.00461.x
- Panksepp, J. (1998). *Affective neuroscience: The foundations of human and animal emotions*. New York: Oxford University Press.
- Ravaja, N.; Katainen, S & Keltikangas-Jarvinen, L. (2001). Perceived difficult temperament, hostile maternal child-rearing attitudes and insuline resistance syndrome precursors among children: a 3-year follow-up study. *Psychotherapy and Psychosomatics*, 70, 66-77. DOI: 10.1159/000056229
- Rettew, D. Stanger, C., McKee, L., Doyle, A. & Hudziak, J. (2006). Interactions between child and parent temperament and child behavior problems. *Comprehensive Psychiatry*, 47, 412– 420. DOI: 10.1016/j.comppsy.2005.12.008
- Rothbart, M. (2004). Temperament and the pursuit of an integrated developmental psychology. *Merrill-Palmer Quarterly*, 50(4), 492-505. DOI: 10.1353/mpq.2004.0035
- Rothbart, M., Ahadi, S., Hershey, K. (1994). Temperament and social behavior in childhood. *Merrill-Palmer Quarterly*, 40, 21–39.
- Rothbart, M. K. & Bates, J. E. (2006). Temperament in children's development. In W. Damon & R. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology* (6th ed., vol. 3, pp. 99-166). New York: Wiley. DOI: 10.1002/9780470147658
- Sanson, A., Letcher, P., Smart, D., Prior, M., Toumbourou, J. & Oberklaid, F. (2009). Associations between early childhood temperament clusters and later psychosocial adjustment. *Merrill-Palmer Quarterly*, 55 (1), 26-54.
- Schmeck, K & Poustka, F. (2001). Temperament and disruptive behavior disorders. *Psychopathology*, 34, 159-163. DOI: 10.1159/000049300
- Stice, E. & Gonzales, N. (1998). Adolescent temperament moderates the relation of parenting to anti-social behavior and substance use. *Journal of Adolescent Research*, 13, 5-31. DOI: 10.1177/0743554898131002
- Watson, D., & Clark, L. A. (1993). Behavioral disinhibition versus constraint: A dispositional perspective. In D. M. Wegner & J. W. Pennebaker (Eds.), *Handbook of mental control* (pp. 506-527). New York: Prentice-Hall.
- Zentner, M. & Bates, J. (2008). Child temperament: An integrative review of concepts, research programs, and measures. *European Journal of Developmental Science*, 2 (1/2), 7-37.

